

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

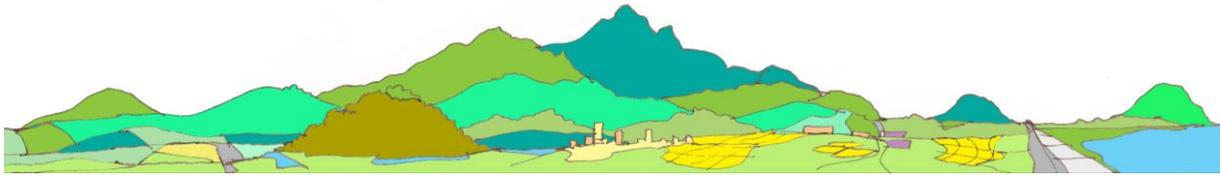
Michele de Sá Vieira; Prefeitura Municipal de São José dos Campos; Chefe da Divisão de Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento Urbano; São José dos Campos/SP; Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); Professora; Mogi das Cruzes/SP; Universidade Paulista (UNIP); Professora; São José dos Campos/SP; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP); Doutoranda; São Paulo/SP; savieiramichele@gmail.com

Maria Angélica Braga de Avellar Silva; Prefeitura Municipal de São José dos Campos; Chefe da Divisão de Pesquisa da Secretaria de Planejamento Urbano; São José dos Campos/SP; pesquisa2@sjc.sp.gov.br

Silvio Soares Macedo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; Livre Docente; São Paulo/SP; ssmduck@usp.br

RESUMO

Por diversos caminhos, sejam técnicos ou políticos, as escolhas do Poder Público constantemente são feitas para que ocorra a consolidação das obras, que podem ser voltadas ao projeto do edifício, dos espaços livres e até mesmo compatibilizadas. Este artigo evidenciará o método utilizado para auxiliar uma destas escolhas: a seleção de parques a serem financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais fazem parte do Sistema de Espaços Livres de São José dos Campos. O método levou em consideração inicialmente a seleção de critérios físico-territoriais e socioeconômicos que podem ser atribuídos aos parques em geral. Após a ponderação destes critérios, chegou-se a uma pontuação cujos resultados objetivaram estabelecer um alicerce técnico para a tomada de decisões políticas e administrativas. O quadro teórico perpassa pelo Sistema de Espaços Livres, em razão dos parques analisados serem contemplados por este conceito, que define como espaço livre todo espaço não ocupado por um volume edificado. Nesta análise é demonstrado que, apesar dos padrões de uso e ocupação do solo terem estabelecido pressões sobre os recursos ambientais e paisagísticos, o território estudado, que contém em seu espaço importantes recursos naturais, segue avançando com relação à construção das políticas públicas relacionadas a parques urbanos.



Palavras-chave: sistema de espaços livres públicos; parques urbanos; gestão pública; produção do espaço.

PUBLIC OPEN SPACES: AN ANALYSIS OF THE PRODUCTION OF SPACE IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ABSTRACT

Through many ways, whether technical or political, government choices are constantly made in order to consolidate civil works, which may comprehend building projects, open spaces design or both. This article will present the method used to assist in one of these choices: the selection of parks conceived to integrate the Open Space System of São José dos Campos to be financed by the Inter-American Development Bank (IDB). Initially, the method took into consideration a selection of physical characteristics of the territory and socioeconomic attributes that can be assigned to parks in general. After these criteria analysis and weighting, a ranking was produced for the parks, establishing technical references for political and administrative decisions. The theoretical framework alludes to the Open Space System, as far as the parks analyzed are linked by this concept, which defines as an open space any area not occupied by a building. This text shows that, despite the fact that patterns of land use and occupation have established pressures over environmental and landscape resources, the territory under analysis, containing major natural resources, keeps advancing regarding public policy for urban parks.

Key-words: public open spaces system; urban parks; public management; production of space.



ANÁLISE SOBRE O MÉTODO ADOTADO NA PRODUÇÃO DOS PARQUES URBANOS

São José dos Campos, município localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, possui inúmeros Espaços livres Públicos, qualificados e com boa funcionalidade, resultantes de processos produtores da forma urbana. São estes processos, bem como os agentes produtores que este artigo se propõe a investigar, com o intuito de expor métodos utilizados pelo Poder Público na produção dos espaços (Figura 1).

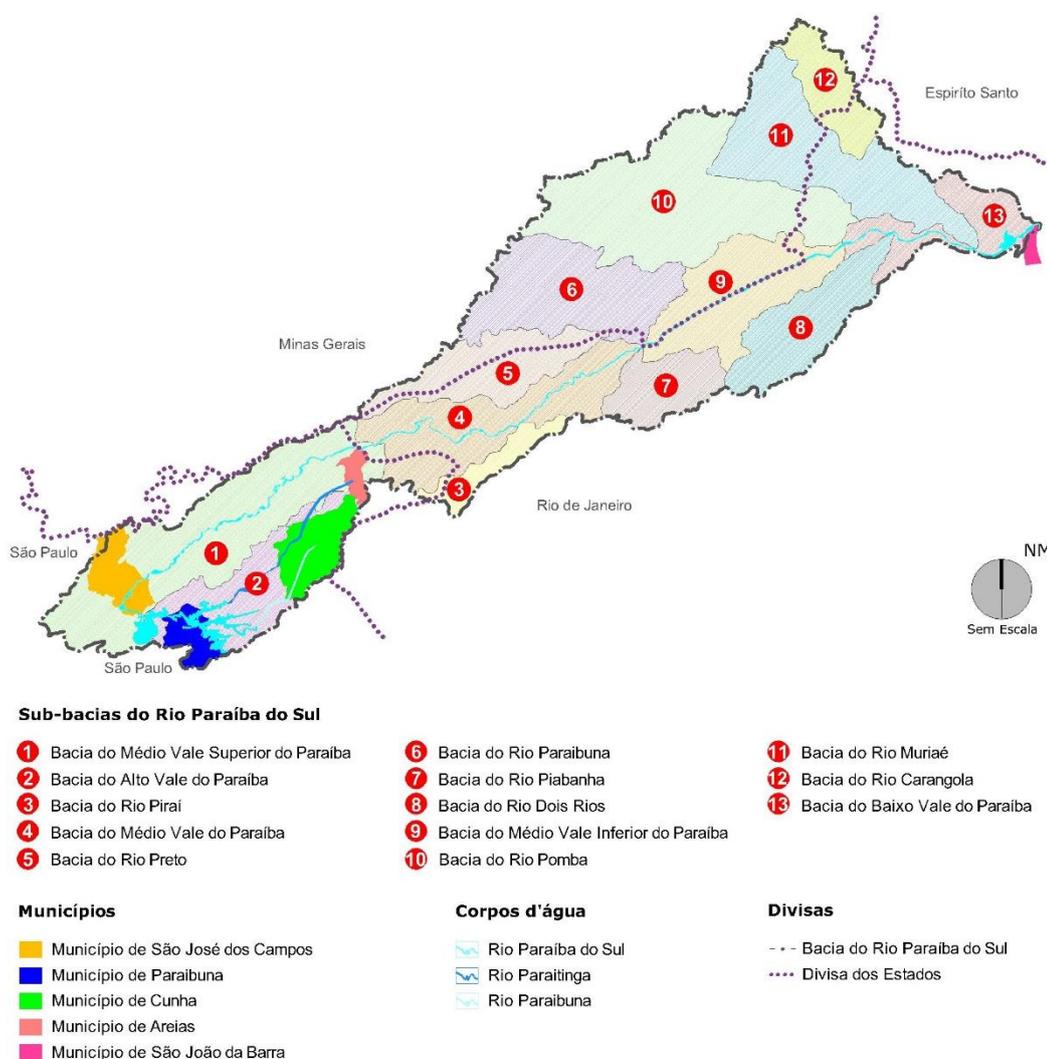


Figura 1: Mapa com identificação da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Fonte: Desenho feito pela arq. Michele de Sá Vieira e estagiárias Larissa Oliveira, 2014 – baseado em mapa da Agência Nacional de Águas (ANA), 2014.



Nesta região, apesar da intensa urbanização esparsa e tentacular, a qual ocorre ao longo da Via Dutra, observa-se que os espaços livres possuem rica cobertura vegetal composta por mata, capoeira, campo e vegetação de várzea, disseminados tanto pela área urbanizada, quanto pela rural com suas concentrações ao sul e ao norte do território.

Uma leitura sobre as diversas áreas de São José dos Campos demonstra as extensas pressões sobre espaços do território, com ricas estruturas ambientais, como a extensa várzea do Paraíba do Sul entre outras.

Essas pressões se fazem sentir em todos os ambientes, rural ou urbano, a partir de populações de alta ou baixa renda em razão das formas de desenvolvimento, gerando problemas ambientais de grande magnitude, em geral pela superutilização dos recursos. Ambientais (Figura 2)¹.

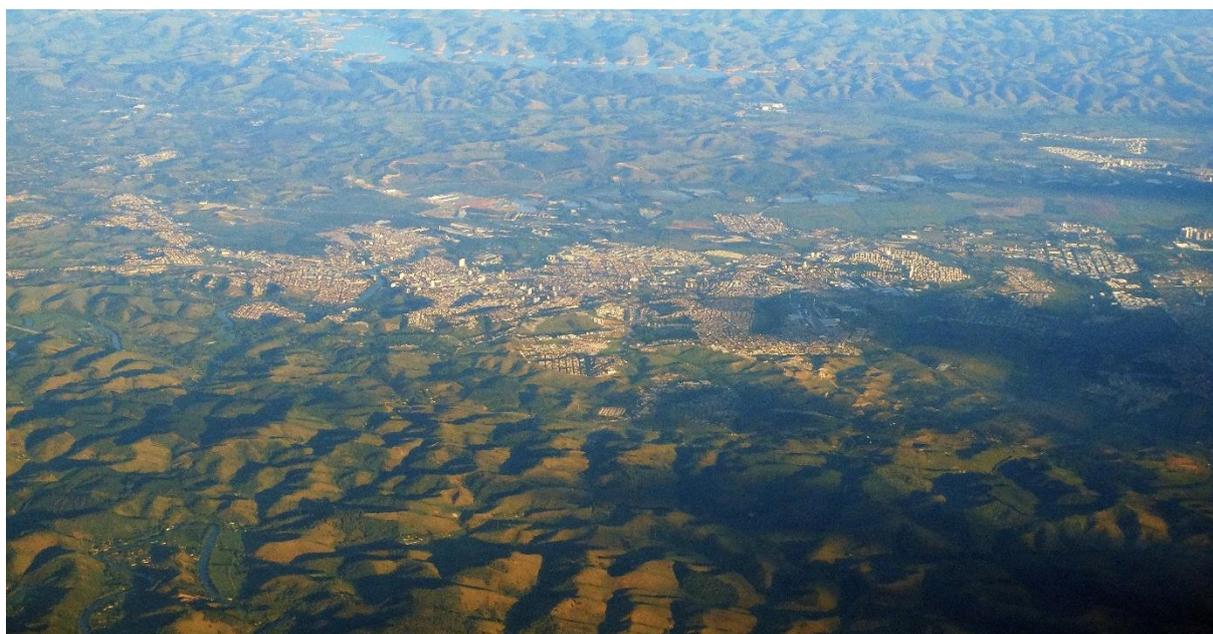


Figura 2: Área urbanizada de São José dos Campos, situada entre montanhas florestadas, mares de morros e sobre a Bacia do Rio Paraíba do Sul que, possui intensa ação antrópica, mas ainda mantém remanescentes de Mata Atlântica em determinados espaços, como os parques. Esta unidade hidrográfica de gerenciamento, compreende uma área de 57.000 Km² e se estende pelos estados de São Paulo (13.605 km²), Rio de Janeiro (22.600 km²) e Minas Gerais (20.500 km²).

Fonte: Arquivo pessoal Silvio Soares Macedo, 2014.

¹ HOUGH, M. *Naturaleza y Ciudad. Planificación Urbana y Processos Ecológicos*. Barcelona. Gustavo Gili, 1998 (1995).



Apesar dos conflitos existentes, resultantes do padrão de urbanização, o Sistema de Espaços Livres Públicos (Figura 5) de São José dos Campos se mantém em constante evolução por ter sua qualificação pautada em oportunidades que de fato hoje (2015) possibilitam um razoável aproveitamento dos recursos existentes, como os paisagísticos e ambientais, observados no Parque da Cidade, e de certo modo a serem adotados na produção de futuros parques já previstos para serem efetivados como o Ribeirão Vermelho e o Boa Vista.



Figura 3: O Parque Roberto Burle Marx, popularmente chamado como Parque da Cidade que possui uma área de 960 mil metros quadrados faz parte da antiga fazenda da Tecelagem Parahyba, onde está a casa que foi da família Olívio Gomes, proprietária da Tecelagem. Este espaço projetado por Roberto Burle Marx, foi convertido em parque público em 1996².

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2014.

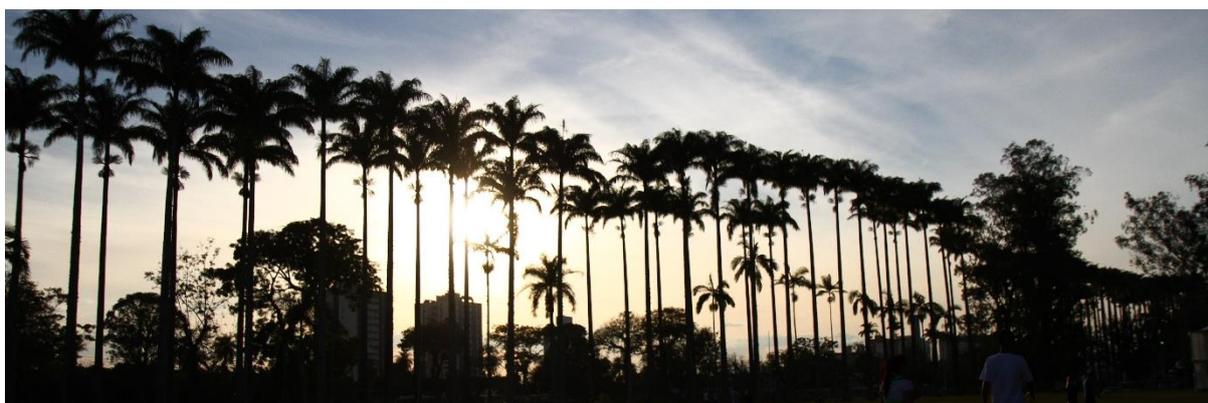
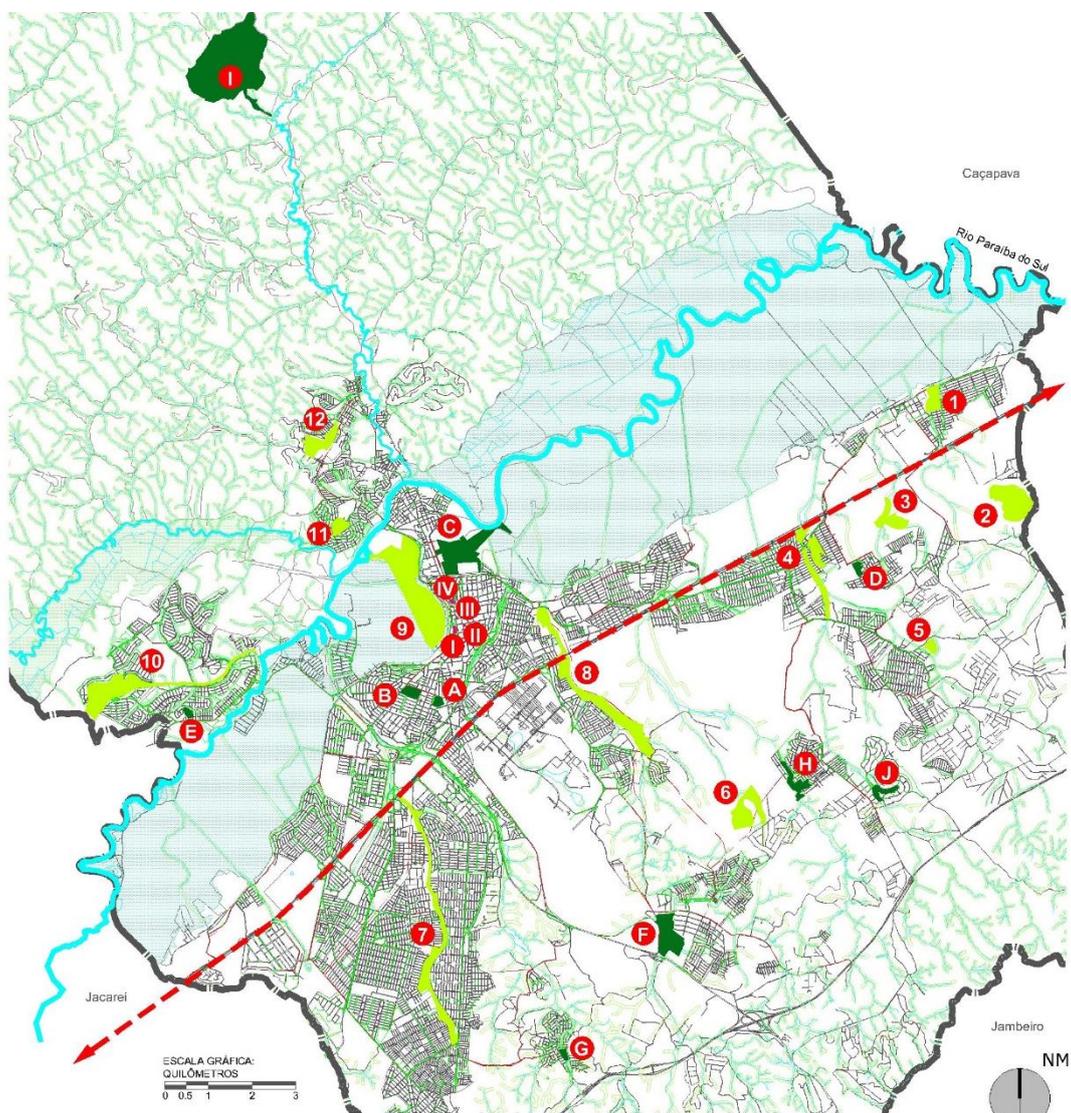


Figura 4: O Parque da Cidade contém importantes recursos paisagísticos como o alinhamento das Palmeiras Imperiais (*Roystonea oleracea*) contendo ainda cerca de 169 (cento e sessenta e nove) espécies.

Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2014.

² PREFEITURA de SÃO JOSÉ dos CAMPOS. São José em Dados, 2012.



- | | | |
|---|--|--|
| <p>Parques futuros</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Parque Itapuã 2 - Parque da Divisa 3 - Parque Universitário 4 - Parque Pararangaba 5 - Parque Novo Horizonte 6 - Parque Campestre 7 - Parque Senhorinha 8 - Parque Cambuí 9 - Parque do Banhado 10 - Parque Ribeirão Vermelho 11 - Parque Boa Vista 12 - Parque do Caeté <p>Prças com valor histórico</p> <ol style="list-style-type: none"> I - Praça Afonso Pena II - Praça Dr. João Mendes III - Praça Cônego Lima IV - Praça Padre João (Cônego João Marcondes Guimarães) | <p>Espaços livres existentes</p> <ol style="list-style-type: none"> A - Parque Santos Dumont B - Parque Vicentina Aranha C - Parque da Cidade D - Parque Sérgio S. Oliveira E - Bosque Jair Veneziani F - Parque Caminho das Garças G - Parque Ayrton Senna da Silva H - Parque Alambari I - Parque Natural Municipal Augusto Rushi J - Parque Pousada do Vale <p>Várzeas</p> <ul style="list-style-type: none"> Rio Paraíba do Sul Rio Jaguarí <p>Prças e espaços de circulação
(canteiros centrais das vias, rotatórias, vielas e largos)</p> | <p>Ciclovias</p> <p>Áreas de Preservação Permanente (APPs)</p> <p>Rodovia Federal Presidente Dutra (BR-116)</p> |
|---|--|--|

Figura 5: Mapa com identificação dos principais Espaços Livres Públicos do território.
 Fonte: Desenho feito pelas arquitetas Michele de Sá Vieira, Clarissa Gonçalves Ribeiro e estagiária Larissa Oliveira, 2014 – baseado no mapa de São José dos campos, que contém as Áreas Verdes, 1997.



idom | ACXT



Figura 6: Futuro Parque Boa Vista, localizado em colina com grande declividade, possui como características a inserção de equipamentos que objetivem potencializar a contemplação da paisagem do entorno e o aproveitamento dos extensos fragmentos de vegetação para a utilização de esportes radicais.
Fonte: Imagem e projeto criados pela Idom/ACXT para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2012.

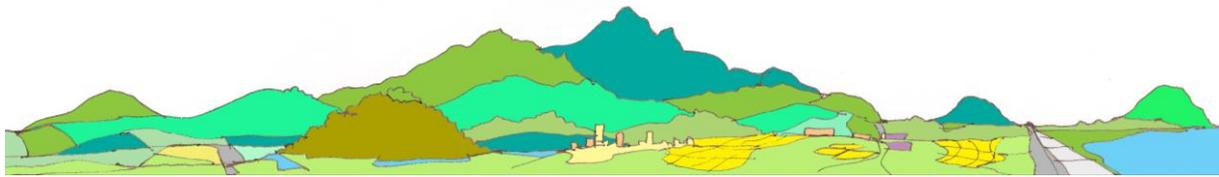
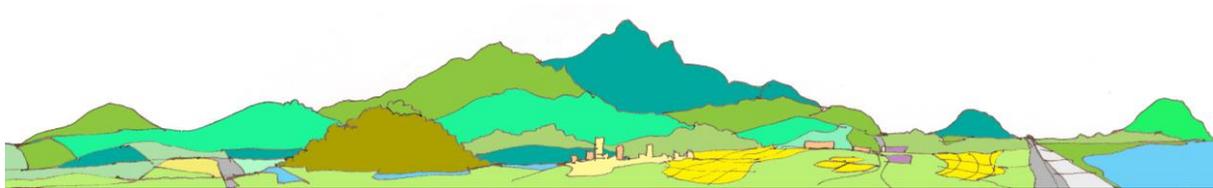


Figura 7: Parque Ribeirão Vermelho, localizado na região oeste possui como objetivo conservar recursos ambientais e paisagísticos, tais como matas e águas, ao longo do córrego Ribeirão Vermelho.
Fonte: Projeto elaborado pela Kadima Engenharia Ltda para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2012.

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: CONCEITOS

São compreendidos como Espaços Livres Públicos toda propriedade pública de uso comum do povo dentro de uma paisagem, como ruas, praças, parques e imóveis do Poder Público, além de todos os lugares de apropriação pública, onde se realizam ações da esfera pública com múltiplos papéis, voltados à circulação, drenagem urbana, atividades do ócio, imaginário, memória urbana, conforto ambiental, conservação e requalificação ambiental, além do convívio. Segundo Magnoli: “o Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso”, portanto o que define a diferença entre um espaço edificado e um



espaço livre é a ausência de estruturas que configurem recintos ou ambientes cobertos e fechados³.

O Sistema de Espaços Livres Públicos constitui um importante elemento de infraestrutura urbana. Sua implantação possibilita a eficiência para a circulação de pedestres e ciclistas, o convívio com elementos de padrões estéticos aprazíveis, o acesso à vegetação, bem como o embelezamento, a sombra e a umidade que oferecem, o contato com elementos naturais, o acesso à água como unidade a ser incorporada às atividades de lazer, o contato com diferentes tipos de vida animal, além de atividades individuais e coletivas⁴.

A construção do sistema de espaços livres é um processo contínuo, que ocorre na medida em que a cidade cresce, podendo ser desenvolvido a partir de situações diversas, que variam entre oportunidades espontâneas e programas específicos de governo direcionados ou planejados⁵.

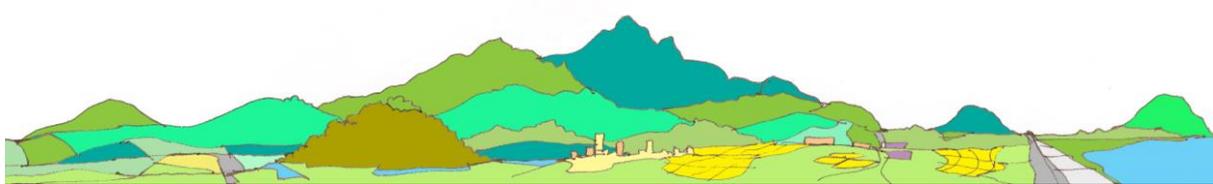
Nesse sentido, o que se mostra com maior prioridade dentro da produção de qualquer sistema urbano é o sistema viário estrutural, sem o qual a cidade não se viabiliza, enquanto áreas de conservação e recreação necessariamente não são privilegiadas.

Entende-se que a evolução de um “Sistema”, deverá ser de responsabilidade do Poder Público e que seu desenvolvimento necessita ser feito a partir da ideia da criação de um conjunto de espaços livres públicos que se coloquem dentro da paisagem de forma articulada e integrada, e ainda que sejam preferencialmente capazes de promover interações entre os sistemas ecológicos e sociais. Sabe-se que qualquer ação positiva impressa sobre o ambiente e a paisagem certamente causará uma reação correspondente,

³ MAGNOLI, M. E. M. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

⁴ TÂNGARI, V.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B. (Orgs.). Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriação e ausências. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2009.

⁵ MENEH, M. H. O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 2002.



como a manutenção dos topos de morro, a preservação dos fragmentos florestais e dos corpos d'água⁶.

O MÉTODO EM QUESTÃO PARA A ESCOLHA DOS EQUIPAMENTOS

Compreende-se, a princípio, que São José dos Campos possui um sistema de espaços livres públicos produzido para atender aos interesses da população, através de uma sequência de passos que se iniciam no momento em que um determinado grupo da sociedade faz a solicitação quanto à execução do espaço livre desejado ao legislativo, seja ele um parque, uma praça, uma viela, entre outros.

Em um segundo momento, com relação a determinados espaços livres públicos, um vereador representante deste grupo interfere junto ao executivo, objetivando a elaboração da proposta para que, em momento posterior, a Secretaria Municipal responsável pelo desenvolvimento desta política crie o projeto para sua licitação e execução, atendendo, dessa forma, aos anseios da população.

Em razão das inúmeras solicitações voltadas aos espaços livres e dado ao fato de que o município não possui recursos orçamentários para atender a todos os pedidos, estudos são elaborados com o intuito de estabelecer prioridades com relação à execução de parques, por um exemplo.

Envolvendo arquitetos, urbanistas, historiadores, sociólogos, engenheiros e biólogos, os estudos são feitos levando-se em consideração critérios físico-territoriais e socioeconômicos, visando auxiliar gestores públicos na tomada de decisão dos espaços livres a serem selecionados para posterior construção, bem como quanto à prioridade com relação a sequências de suas execuções.

Os critérios físico-territoriais levam em conta: as matrizes de vegetação, os fragmentos de mata, os vazios urbanos repletos de corpos d'água e fragmentos de mata, as áreas verdes

⁶ MACEDO, S. Quadro do Paisagismo no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 1999.



ainda disponíveis, as áreas consideradas como APP's urbanas e rurais, os espaços ainda não ocupados, mas classificados como áreas verdes passíveis de serem urbanizadas para que sejam transformadas em parques e praças, o potencial como centralidade, a importância ambiental, a importância paisagística, a visibilidade e atratividade, a acessibilidade através do transporte público, o nível de carência de equipamentos de lazer, a vocação municipal, a dimensão da área a ser qualificada como parque e o coeficiente de aproveitamento da área⁷.

Os aspectos socioeconômicos consideram: a densidade populacional, o potencial do espaço como indutor de inclusão social e integração, o custo de implantação da obra, o custo per capita, o custo por metro quadrado, o custo de manutenção estimado, o nível de obstáculos para a realização da obra, a existência de projeto executivo, a existência de ZEIS e CDHU, além dos investimentos já realizados (econômicos e sociais).

Com o intuito de buscar maior precisão nos dados a serem analisados e disponibilizados para a tomada de decisão do governo municipal acerca dos investimentos destinados aos parques lineares apontados como prioritários no Plano Diretor 2006⁸, tais como, Boa Vista, Senhorinha, Cambuí, Itapuã, Ribeirão Vermelho e Pararangaba, os quais poderiam usufruir de verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Divisão de Projetos Especiais, responsável pela idealização e gestão das políticas públicas de espaços livres, associou-se à Divisão de Pesquisa, ambas contidas na Diretoria de Projetos Urbanísticos, em razão da experiência desta divisão em lidar com dados e estruturar análises socioeconômicas, o que resultou na elaboração de um material com elementos de informação para apoio à decisão do grupo do governo responsável pela escolha.

Optou-se pela elaboração de um quadro semelhante a uma matriz, de modo a facilitar a ação dos técnicos na formulação do processo decisório na construção de parques. O trabalho iniciou-se com um brainstorming entre os técnicos de ambas as divisões para dialogar sobre os critérios que deveriam compor a matriz de decisão: uma relação de características que deveriam ser observadas nos espaços e pontuadas com o objetivo de

⁷ SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo. Oficina de Textos, 2004.

⁸ PREFEITURA de SÃO JOSÉ dos CAMPOS. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI 2006 – Diagnóstico, 2006.



que cada parque em análise pudesse ser avaliado e fosse possível estabelecer uma hierarquia de prioridade entre eles.



Figura 8: Parque Senhorinha. Composto por 2 (dois) trechos, o primeiro, está urbanizado, através de pistas de caminhada, mobiliário urbano, paisagismo, iluminação, além de equipamentos de recreação e lazer. Apesar das obras já realizadas, compreende-se que o segundo trecho deve conter novas intervenções, a exemplo das obras de macrodrenagem consideradas essenciais para o local.
Fonte: Arquivo pessoal Gilberto Cunha, 2012.

Como produto, foram selecionados 20 (vinte) itens condicionantes, os quais tiveram suas classificações subdivididas em 3 (três) níveis de relevância: Alto, Médio e Baixo, segundo o grau de importância atribuído àquela característica ou critério pela equipe.

Assim, apenas para exemplificar, características como “*densidade populacional*” no entorno ou “*importância paisagística*” foram considerados critérios de alta relevância para avaliar os parques. Já “*coeficiente de aproveitamento*” e “*dimensão da área*” foram julgados aspectos de importância menor. É importante observar que todos os critérios listados foram considerados relevantes, porém ponderados de forma diferente, segundo a perspectiva de técnicos com formações diversas.



Critérios	Classificação
1. Densidade populacional	Alto
2. Potencial como indutor de inclusão social	Alto
3. Potencial de integração	Médio
4. Potencial como centralidade	Médio
5. Importância ambiental	Alto
6. Importância paisagística	Alto
7. Visibilidade e atratividade	Alto
8. Acessibilidade através de transporte público	Alto
9. Nível de carência de equipamentos de lazer	Médio
10. Vocação municipal	Baixo
11. Dimensão da área a ser qualificada como parque	Baixo
12. Coeficiente de aproveitamento da área	Baixo
13. Custo de implantação da obra	Médio
14. Custo per capita	Médio
15. Custo por metro quadrado	Médio
16. Custo de manutenção estimado	Médio
17. Existência de projeto executivo	(Bônus)
18. Investimento já realizado (econômico ou social)	(Bônus)
19. Existência de dívida fiscal	(Bônus)
20. Nível de obstáculos à realização da obra	Médio

Figura 9: Tabela com relação dos critérios e classificações desenvolvida para apoio à tomada de decisão dos gestores quanto à priorização dos parques.
Fonte: Divisão de Pesquisa, 2013.

Determinadas especificidades foram levadas em consideração para as classificações, de alguns itens:

- Para a avaliação do item 1 (um), considerou-se uma área de abrangência de aproximadamente 1,5 km²;
- Para a avaliação do item 2 (dois), considerou-se a existência de ZEIS, conjuntos da CDHU e elevado porcentual de domicílios com renda per capita de até 3 salários mínimos na área de abrangência;



- Na avaliação do item (três), procurou-se relacionar o parque com outros equipamentos públicos na área de abrangência, tais como, escolas, UBS, equipamentos de esporte e lazer;
- Os itens 4 (quatro) e 7 (sete) referem-se à capacidade do parque, por sua características próprias, de atrair pessoas;
- Os itens 5 (cinco) e 10 (dez) avaliaram a importância do parque para o território e não somente para a área de abrangência direta;
- No item 9 (nove) procurou-se apreciar o nível de carência de equipamentos públicos na área do entorno do parque.

Definidos os critérios, que foram ponderados pelo seu grau de importância, cada um dos parques previstos no Plano Diretor de 2006 foi avaliado, utilizando-se um sistema de conceitos, finalmente traduzido em um esquema de pontuação, conforme as tabelas que seguem.

		Parques					
Grau	Crítérios	PARQUE 1	PARQUE 2	PARQUE 3	PARQUE 4	PARQUE 5	PARQUE 6
A	1. Densidade populacional	Muito ruim	Bom	Ruim	Bom	Ruim	Ótimo
A	2. Potencial como indutor de inclusão social	Muito ruim	Ótimo	Muito bom	Ruim	Muito bom	Bom
B	3. Potencial de integração	Ruim	Muito bom	Muito bom	Bom	Bom	Muito bom
B	4. Potencial como centralidade	Ruim	Muito bom	Muito bom	Bom	Bom	Muito bom
A	5. Importância ambiental	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom
A	6. Importância paisagística	Muito bom	Ótimo	Muito bom	Ótimo	Muito bom	Muito bom
A	7. Visibilidade e atratividade	Bom	Ótimo	Muito bom	Muito bom	Bom	Muito bom
A	8. Acessibilidade através de transporte público	Ruim	Muito bom	Bom	Bom	Bom	Muito bom
B	9. Nível de carência de equipamentos de lazer	Bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Bom
C	10. Vocação municipal	Ruim	Muito bom	Bom	Muito bom	Bom	Muito bom
C	11. Dimensão da área a ser qualificada como parque	Ruim	Ruim	Bom	Ruim	Ótimo	Muito bom
C	12. Coeficiente de aproveitamento da área	Bom	Ótimo	Ruim	Ótimo	Bom	Muito bom
B	13. Custo de implantação da obra	Bom	Muito ruim	Muito ruim	Muito bom	Muito ruim	Bom
B	14. Custo per capita	Muito ruim	Muito bom	Ruim	Ótimo	Bom	Ótimo
B	15. Custo por metro quadrado	Bom	Muito ruim	Bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom
B	16. Custo de manutenção estimado	Muito bom	Muito bom	Bom	Muito bom	Ruim	Muito ruim
B	17. Nível de obstáculos à realização da obra	Bom	Muito bom	Bom	Ruim	Bom	Muito bom
Bonus	18. Existência de projeto executivo	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	19. Investimento já realizado (econômico ou social)	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim

Figura 10: Tabela com os conceitos atribuídos aos parques em cada um dos critérios avaliados.
Fonte: Divisão de Pesquisa, 2013.



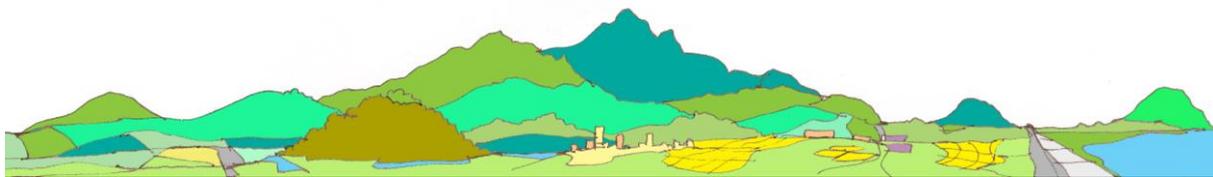
Critérios	Parques					
	PARQUE 1	PARQUE 2	PARQUE 3	PARQUE 4	PARQUE 5	PARQUE 6
1. Densidade populacional	27	48	36	48	36	85
2. Potencial como indutor de inclusão social	27	85	64	36	64	48
3. Potencial de integração	17	31	31	23	23	31
4. Potencial como centralidade	17	31	31	23	23	31
5. Importância ambiental	64	64	64	64	64	64
6. Importância paisagística	64	85	64	85	64	64
7. Visibilidade e atratividade	48	85	64	64	48	64
8. Acessibilidade através de transporte público	36	64	48	48	48	64
9. Nível de carência de equipamentos de lazer	23	31	31	31	31	23
10. Vocação municipal	11	18	14	18	14	18
11. Dimensão da área a ser qualificada como parque	11	11	14	11	24	18
12. Coeficiente de aproveitamento da �rea	14	24	11	24	14	18
13. Custo de implanta�o da obra	23	13	13	31	13	23
14. Custo per capita	13	31	17	41	23	41
15. Custo por metro quadrado	23	13	23	31	31	31
16. Custo de manuten�o estimado	31	31	23	31	17	13
17. Nível de obstáculos � realiza�o da obra	23	31	23	17	23	31
18. Existência de projeto executivo	45	45	0	0	0	0
19. Investimento já realizado (econ�mico ou social)	45	45	0	0	0	45
Resultado final	562	786	571	626	560	712

Figura 11: Tabela com a pontua o recebida pelos parques em cada um dos critérios avaliados.
Fonte: Divisão de Pesquisa, 2013.

Para a avalia o propriamente dita dos parques,   luz dos critérios estabelecidos e ponderados, recorreu-se, além do apoio da Secretaria de Administra o para a montagem final da matriz, também   contribui o de profissionais da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria da Fazenda, de modo a captar um leque maior de perspectivas e referenciais quanto às percep oes dos técnicos relativas a cada parque.

CONSIDERA OES FINAIS

O resultado prático de todo o processo de produ o dos espaços livres de SJC, demonstra que sua urbaniza o, no século XXI, diferentemente de grande parte das cidades brasileiras, avançou.



Sem dúvida, esta situação deve-se a inúmeros aspectos, tais como: o fato do município, possuir muitos recursos, o que pode ser comprovado através de indicadores socioeconômicos, uma vez que, São José dos Campos ocupa a 12ª posição no ranking do IDH-M entre os 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios paulistas, com o índice de 0, 807, além disso, por ter enfrentado e superado durante as últimas décadas, por meio de ações positivas/propositivas inúmeras deficiências que tantos outros no cenário brasileiro ainda possuem, no campo da habitação, saúde, educação e transportes.

O método aqui descrito apresentou-se como uma contribuição aos processos de tomada de decisão na produção dos sistemas de espaços livres. Procurou, ainda que de uma forma experimental, estabelecer critérios capazes de conferir à seleção dos novos espaços a serem implantados um alicerce técnico, sobre o qual se fundarão decisões políticas, administrativas ou extrínsecas de outra natureza.

Como resultado prático, temos entre outros, a implantação do Parque Boa Vista (Parque 2), o qual obteve maior pontuação entre todos analisados, considerado em nossos estudos prioritário com relação a sua execução por possuir: boa densidade populacional em seu entorno, ótimo potencial como indutor de inclusão social, ótima importância ambiental e paisagística, muito boa qualificação quanto a sua vocação para se estabelecer como parque, entre outros aspectos.

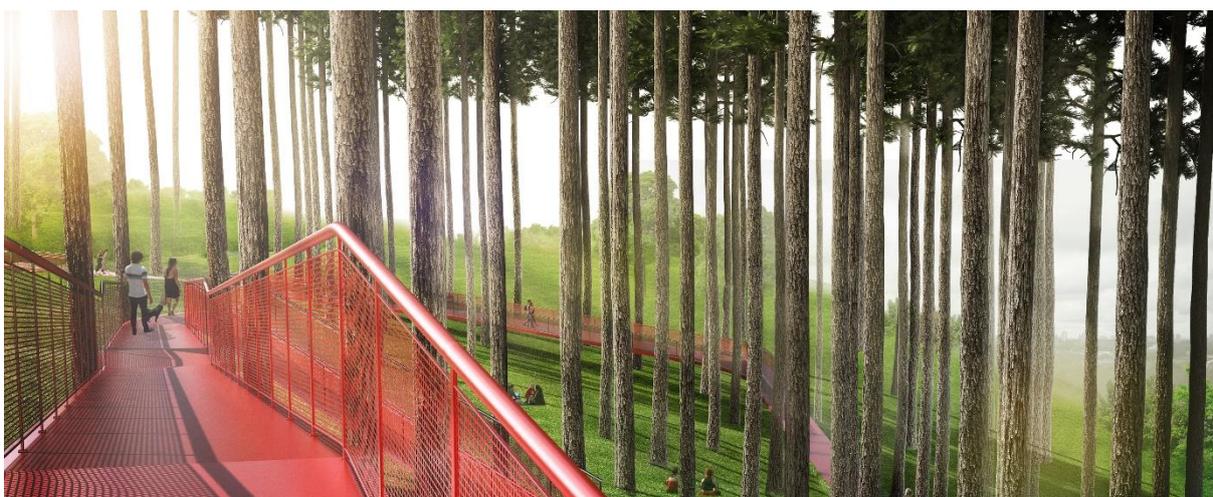
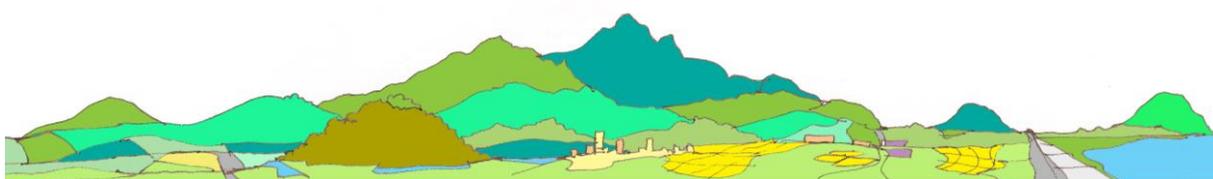


Figura 12: Futuro Parque Boa Vista. A proposta deste espaço procurou integrar os maciços arbóreos existentes, com as atividades de lazer, através de passarelas metálicas que se entremeiam junto as espécies de vegetação. Fonte: Imagem criada pela Idom/ACXT para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2012.



REFERÊNCIAS

HOUGH, M. Naturaleza y Ciudad. Planificación Urbana y Processos Ecológicos. Barcelona. Gustavo Gili, 1998 (1995).

MACEDO, S. Quadro do Paisagismo no Brasil. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAGNOLI, M. E. M. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MENEH, M. H. O sistema de espaços livres públicos da cidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 2002.

PREFEITURA de SÃO JOSÉ dos CAMPOS. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado PDDI 2006 – Diagnóstico, 2006.

PREFEITURA de SÃO JOSÉ dos CAMPOS. São José em Dados, 2012.

SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo. Oficina de Textos, 2004.

TÂNGARI, V.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B. (Orgs.). Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriação e ausências. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2009.